

DA DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA (2)

A perturbação causada pela deterioração da disciplina nas Forças Armadas após a Assembleia de Tancos, em Setembro de 1975, seria objecto de debate na Assembleia Constituinte. Em 9 de Outubro, no período de ‘antes da Ordem do Dia’, o deputado Mota Pinto, do PPD, face às diversas formas de oposição levadas a cabo pelo PCP, afirmaria que se impunha a saída do PCP do governo. Como réplica, o deputado comunista Jaime Serra declararia:

Todos podem observar que em vez das indispensáveis medidas de saneamento dos fascistas e reaccionários dos postos-chave que ainda ocupam, tanto no aparelho de Estado, como nos quartéis, se assiste à constituição dos saneamentos à esquerda. [...] O novo fluxo revolucionário a que se assiste constitui magnífica resposta do povo português às forças reaccionárias e conservadoras, às tentativas de uma viragem à direita.

Seguidamente, referindo-se às manifestações de soldados, o deputado comunista acrescentaria:

É errado interpretar, como fazem alguns, a grande movimentação de soldados como um factor de caos e anarquia. O amplo e vigoroso movimento dos soldados é uma viva expressão da luta do povo trabalhador e uma afirmação de que, tal como no aparelho civil, a autoridade, a disciplina e a ordem nas Forças Armadas, só se pode alcançar retirando reaccionários de postos de comando e mantendo e reforçando o espírito revolucionário.¹

Esta posição do deputado Jaime Serra diverge bastante de declarações pós-25 de Novembro de Álvaro Cunhal, as quais, parecendo bem mais sensatas, não apagam as posições do partido durante o período mais agudo do VI Governo Provisório.

Neste cenário de aparente confrontação política por causa de desavenças militares, talvez não tenha sido dada a devida atenção à publicação de um diploma – Decreto-Lei 577-A/75, de 8 de Outubro –, promulgado pelo Conselho da Revolução, que, começando por considerar “a necessidade de, com a máxima urgência, conduzir o País a um clima de paz, disciplina e tranquilidade pública, conforme anseio da esmagadora maioria do povo português”, estabelecia que “poderão ser convocados com carácter de urgência os militares na situação de disponibilidade ou que se encontrem nas quatro classes mais recentes das tropas licenciadas, cuja especialidade lhes tenha possibilitado preparação militar mais cuidada”. Além disso, acrescentava o Decreto, “independentemente da classe ou turno de incorporação, a convocação poderá assumir aspecto selectivo, tendo em vista as necessidades de serviço, a especialidade e capacidade técnica dos elementos a convocar, bem como menor prejuízo para o normal funcionamento dos serviços e actividades imprescindíveis à vida da Nação...”²

Esta legislação, permitindo a convocação de tropas especiais – sobretudo da especialidade ‘comandos’ –, tradicionalmente disciplinadas, com experiência de campanha e sem a descaracterização da maior parte das tropas no activo, ia proporcionar ao Governo e ao CEMGFA a constituição de unidades com um *valor militar* que os militares dos SUV não tinham nem nunca se tinham esforçado por ter. Ainda assim, os SUV faziam sonhar alguns espíritos. Do seu esconderijo na clandestinidade, para onde se recolhera após o desvio de mais de 1.000 espingardas G-3, o capitão Álvaro Fernandes achou por bem dirigir-se em ‘carta aberta’ àquele grupo de militares, através da Rádio Clube Português. Desse longo texto, recordaremos as seguintes passagens:

Camaradas! A Revolução portuguesa atravessa mais uma crise difícil, que poderá comprometer irremediavelmente a transformação da Sociedade e impedir que o processo revolucionário jamais

¹ *Diário de Lisboa*, 10-10-1975, p. 2.

² *Idem*, pp. 1 e 10.

atinja o Socialismo. [...] Não nos iludamos, pois, com os constantes apelos à ordem e disciplina, com as campanhas alarmistas conduzidas por direcções burguesas de partidos que se afirmam progressistas, com a reorganização de forças repressivas como a polícia de choque, com tentativas de criação de órgãos militaristas opressores como o AMI, com a intensificação de saneamento à esquerda, isolamento e diminuição de força do COPCON, com os constantes ataques a unidades militares comprovadamente ao lado dos trabalhadores a par do descarado apoio a comandantes indubitavelmente reaccionários, bem como com a política de aproximação e subordinação aos países capitalistas da Europa social-democrata, verdadeiramente atentatória da Independência Nacional.

E, muito especialmente, camaradas, não nos deixemos dividir pela campanha de descrédito, sabotagem e repressão lançada sobre os SUV, que visa preservar a liderança das Forças Armadas pelo núcleo militarista fascizante de oficiais reaccionários e burgueses que detêm já o controlo das chamadas estruturas democráticas do MFA.

Não nos esqueçamos que no derrube da ditadura fascista, em 25 de Abril, participou apenas uma minoria de oficiais do Quadro Permanente e que grande número destes procuraram somente recuperar o prestígio perdido e encontrar uma saída para o problema colonial que não passasse pela perda da guerra, com o conseqüente descrédito de que o Exército e, principalmente, os oficiais de carreira seriam vítimas. [...]

Meditemos na capacidade revelada por oficiais progressistas isolados, na sua corajosa mas impotente tentativa de contribuir para impor às Forças Armadas uma direcção correcta que as coloquem inequivocamente ao serviço da Revolução.

E isto porquê, camaradas?

Porque não é possível destruir o Exército burguês e criar Forças Armadas Revolucionárias sob a direcção da minoria que são os oficiais, originários na sua quase totalidade da pequena e média burguesia, pois eles não estão objectivamente interessados em perder privilégios de classe e procuram, à custa de diversas estratégias, manter o Exército ao serviço da burguesia a que pertencem.

A razão fundamental porque eles continuam a acenar com o mito do MFA revolucionário é porque aí têm conseguido impor a liderança de correntes e personalidades reaccionárias e dentro dele têm manipulado e alienado soldados e marinheiros, impedindo-os de participar conseqüentemente na luta. [...]

Camaradas, vejamos claramente de que lado se encontra a maioria dos oficiais. Denunciemos sem tibiezas o significado das acções que assumem, combatendo-as tenazmente e buscando formas organizativas democráticas, sólidas, em que participem todos os que já compreenderam a necessidade de desmistificar o MFA e seus demagógicos porta-vozes. Criemos em seu lugar uma organização legitimamente representativa da maioria das Forças Armadas, em que todos façam ouvir vivamente a sua voz e em que seja imposta a vontade democraticamente expressa pela maioria...³

Importa referir que este texto é bem elucidativo da visão que temos vindo a referir quanto aos objectivos do golpe militar de 25 de Abril, o qual, naturalmente, não contemplava qualquer ideia de revolução socialista. O capitão Fernandes, sendo um oficial miliciano que optara por ingressar no Quadro Especial de Oficiais, ainda antes de Abril de 1974, participou no golpe militar e sabia muito bem ao que iam os oficiais burgueses e conhecia as suas origens e mentalidades dominantes. Mas a sua análise, por ser sociologicamente correcta, não lhe dava razão no contexto daquele Outono de

³ *Diário de Lisboa* de 13-10-1975, p. 6.

1975, sobretudo pela miopia demonstrada quanto à questão da ‘maioria’, numa visão equivocada e lisboocêntrica.

O êxito das primeiras manifestações dos SUV no Porto não terão passado despercebidas ao Partido Comunista. Ferreira Fernandes⁴ e Manuel Resende⁵, então oficiais milicianos a prestarem serviço na Guarnição do Porto, foram os principais organizadores/fundadores do movimento SUV. Numa entrevista por eles concedida em 2015, afirmava-se:

Se os promotores originais dos SUV rapidamente perceberam que o PCP se apossara do movimento e tinha tomado a sua direcção no Sul e Centro do país – “as manifestações de Coimbra e Évora são já exclusivas do PCP”, diz Ferreira Fernandes –, a situação no Porto era diferente. O partido tinha elementos na Comissão de Luta do RASP – “nós chamávamos-lhes camaradas e eles chamavam-nos amigos”, lembra Manuel Resende –, mas não controlava o movimento.⁶

Assim, tomando por correcta a opinião de Ferreira Fernandes, a manifestação dos SUV realizada em Évora, em 15 de Outubro, teria sido organizada pelo PCP. Durante essa manifestação, um soldado-recruta – mas já “pronto” em termos revolucionários – fez uma significativa descrição das intenções daquela organização:

Nós, soldados, ainda não estamos organizados. Não existem comissões de soldados, não se fazem plenários de soldados para analisar a situação político-militar e bem assim o modo de actuação nas missões a que somos chamados. As condições de vida no quartel nada mudaram – o pré é uma miséria, a alimentação é de má qualidade, os transportes para irmos a casa são caros, não temos salas de convívio, as condições higiénicas são precárias, assim como o serviço de saúde.

A disciplina é-nos imposta e não consentida e livremente aceite. Continuamos a ser julgados à base do RDM⁷ fascista. Hoje, no nosso país, ouve-se falar de autoridade, de disciplina, de ordem e de paz. Nós, soldados, também o dizemos e exigimos. Mas não é a disciplina e a ordem que os vendilhões de Portugal apregoam. Nós lutamos pela autoridade e pela disciplina revolucionárias. São os soldados que a exigem e os reaccionários dos quartéis, que, a coberto da social-democracia, nos falam em socialismo, poderão ter a certeza que jamais voltaremos as nossas armas contra o povo, do qual também somos parte integrante.

É por tudo isto que nós apoiamos os SUV. A luta do SUV é a luta de cada soldado. E os oficiais e sargentos que se dizem progressistas só o serão se se juntarem a nós e lutarem ao nosso lado pela nossa justa luta. Por isso, camaradas, a legalização do SUV é urgente. Vamos unirmo-nos [sic] e organizarmo-nos [sic] para que os soldados se auto-organizem em comissões de soldados, que serão órgãos de classe, sem qualquer ingerência e controlo dos comandos reaccionários.

Camaradas trabalhadores: Dentro dos quartéis também se luta. E a nossa luta tem como finalidade que as nossas armas estejam ao vosso serviço e que se virem contra os latifundiários, os monopolistas e todos os exploradores, sempre que necessário.⁸

A questão da disciplina voltaria às páginas dos jornais, no início de Novembro, pela palavra do comandante Martins Guerreiro, oficial membro do sector mais à esquerda do Conselho da Revolução:

Nós, na Armada, já antes do 25 de Abril fizemos alguns debates sobre a questão da disciplina e chegamos sempre à mesma conclusão – a disciplina tem de assentar numa base de confiança recíproca entre quem manda e que é mandado. Sem esta confiança, a disciplina é meramente

⁴ José Ferreira Fernandes é um conhecido jornalista e actual director do Diário de Notícias.

⁵ Jornalista do *Jornal de Notícias* e mais tarde tradutor no Conselho Europeu, além de ser autor de alguns livros de poemas e de diversas traduções literárias.

⁶ *Público – Revista 2*, 15-11-2015.

⁷ RDM – Regulamento de Disciplina Militar.

⁸ *Diário de Lisboa* de 16-10-1975, p. 20.

exterior, formal, isto é, exactamente aquilo que nós não queríamos. [...] Ao nível dos outros ramos a coisa é algo diferente, pois ao princípio mantiveram o critério de disciplina à antiga... [...] Assim, o processo revolucionário foi evoluindo e aquela confiança política que se deveria ter estabelecido entre as bases e os comandos não se estabeleceu, antes pelo contrário, essa confiança desapareceu sobretudo a partir do processo dos “nove”. [...] Desaparecendo essa confiança, não há dúvida que os problemas de disciplina se agravam extraordinariamente.

Seguidamente, sendo-lhe pedida uma opinião acerca do fenómeno dos SUV, diria Martins Guerreiro:

Eu não considero a questão dos SUV como uma questão de indisciplina ou não. Fundamentalmente é um fenómeno político que tem como uma das causas do seu aparecimento a tal falta de confiança em relação à direcção político-militar do processo e em relação a sectores intermédios dessa direcção. Não é portanto uma questão de disciplina. Pelo contrário – é fundamentalmente diferente e remeto-a para o que lhe disse atrás. O facto de não se terem criado estruturas do MFA capazes, competentes, ao nível das Forças Armadas, facilitou o aparecimento dos SUV, e o facto de se terem feito manobras de cúpula ainda mais fez explodir este movimento de base.

Perante estas respostas, o entrevistador fez notar que havia sectores de opinião que não se cansavam de considerar os SUV como altamente perigosos para a Revolução, pelo facto de minarem por completo a eficácia das Forças Armadas, ao que Martins Guerreiro replicaria:

Neste processo revolucionário não é perigoso. Se o interpretarmos no aspecto militar, no campo de eficiência das FF.AA., aí tenho que dizer, como técnico militar, que este movimento perturba extraordinariamente a capacidade militar das unidades... [...] Para haver capacidade de resposta militar tem que haver uma disciplina, que nós pretendemos revolucionária, e que, neste momento, não é uma coisa nem outra.

No fundo, as posições de Martins Guerreiro tinham como base um desejo diversas vezes expresso em diversas “esquinas da História” – o da emergência do “homem novo”, o tal homem quase perfeito, esclarecido e racional, que mandaria para o ‘caixote do lixo’ da mesma História a malvada máxima de Maquiavel, segundo a qual “os homens nunca fazem nada de bem senão por necessidade”.⁹ Avançando na entrevista, o comandante Guerreiro deixaria para os preocupados leitores portugueses mais este trecho de complexas ideias:

O aparecimento dos SUV, por exemplo, é um elemento novo que vai ajudar provavelmente a encontrar a solução. A própria formação da FUR também parece funcionar nesse sentido. Agora temos realmente é que criar entre as forças progressistas que estão interessadas na construção de uma sociedade socialista (civis e militares) uma estrutura adequada, o órgão de direcção política que possa encaminhar este processo na direcção correcta, tendo depois a confiança não só de minorias, de pessoas muito activas, mas também de uma base maior de apoio – e isto sem que se tenha de pôr em causa as suas posições, mesmo que elas sejam um bocadinho de espera e de consolidação. Se a gente tiver garantido que aquele compasso de espera que se faz é para depois se avançar, não temos que ficar muito preocupados; agora se não temos confiança na direcção política e se fizermos uma paragem sem saber se a seguir vamos dar um passo para a frente ou para trás, bom...¹⁰

De facto, a esquerda revolucionária dispunha, ainda, de argumentos fortes para obstaculizar a acção do VI Governo, mas era patente a sua debilidade militar, não só pela inferioridade de meios,

⁹ MAQUIAVEL, Nicolau, *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* - L. I - Cap. III, p. 47.

¹⁰ *Diário de Lisboa*, 04-11-1975, p. 10.

como também pela ausência de uma indisputada ‘unidade de comando’ que lograsse materializar algo de semelhante a uma “competência revolucionária”.

O PCP deve ter tido a nítida noção desta debilidade militar, porque não lhe era estranha a ideia de *disciplina*, sem mais adjetivos. Num texto de 1976, mesmo sem fazer *mea culpa*, Álvaro Cunhal viria a escrever esta eloquente passagem:

Quando o PCP insistia na necessidade de evitar rupturas no MFA, na necessidade de uma reaproximação com o “grupo dos Nove”, certos radicalistas acusavam o Partido de oportunista e afirmavam que para a crise só havia uma solução de força, uma solução militar. Entretanto, na previsão dessa “solução militar”, não fizeram senão criar um ambiente de desorganização, indisciplina e impreparação nas unidades que controlavam.

Alguns dos seus planos e iniciativas para a “tomada do poder” são dignos de ópera cómica. Em 23-8-1975, a partir de reuniões no RPM controladas por gente do PRP, MES e UDP, resolveram finalmente dar um “golpe”. Mas a decisão acabou por não passar das cabeças quentes e das palavras exaltadas dos “conspiradores”. Um mês depois, na noite de 29 para 30 de Setembro, depois de umas fantochadas no Palácio Foz, foram a Belém apresentar um “ultimatum”. Mas a “conspiração” redundou em farsa quando o almirante Pinheiro de Azevedo, Presidente da República em exercício por ausência de Costa Gomes, mandou embora os “conspiradores” depois de lhes pregar um sermão. Mais tarde, no momento culminante da crise, em algumas unidades, os esquerdistas gritavam que “combateriam até à morte”. Mas logo a seguir se safavam sem disparar um tiro. Não era gente desta que poderia dar à crise uma “solução militar”.¹¹

Para completar esta lúcida análise – embora já depois do 25 de Novembro –, Cunhal acrescentaria, na mesma obra, mais os seguintes apontamentos:

Tanto as lutas de massas como as lutas militares foram *negativamente influenciadas por manobras esquerdistas* para se assenhorem do processo e para empurrarem sistematicamente as acções para choques com as forças armadas. Tal sucedeu com o cerco ao VI Governo Provisório em S. Bento pelos deficientes das Forças Armadas e pelos trabalhadores da construção civil, com o caso Rádio Renascença conduzido ao paroxismo pela aventura, com certo verbalismo na 5.ª Divisão, com a «bagunça» esquerdista pseudo-revolucionária em algumas unidades como o RALIS e a PM.¹²

Afinal, a “disciplina revolucionária” dava em “bagunça”. Apetece perguntar: onde é que andava “este PCP” durante a revolução?

David Martelo – Março de 2020.

¹¹ CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*, p. 160.

¹² CUNHAL, Álvaro, *Idem*, p. 168.